

19

2 0 1 9

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agentes de povoamento e evangelização, mentores do crescimento paroquial, entre o Côa e o Távora – séculos XIII e XIV¹

Agents of population and evangelization, mentors of parish growth, between the Côa and Távora rivers – 13th and 14th centuries

LUCIANO MOREIRA²

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
lucrdp@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 06/05/2019

Resumo. O presente trabalho aborda as problemáticas relacionadas com a evolução da rede paroquial, desde o século XIII até ao século XIV, no território situado entre os rios Távora e Côa que foi um dos quatro distritos do bispado de Lamego. Procurámos identificar e elencar condicionalismos e intervenientes que possibilitaram o povoamento desta zona, a partir do período pós-reconquista cristã, nomeadamente a sua localização geoestratégica. O fato de ser uma zona de fronteira exigiu medidas, com vista ao seu povoamento, por parte da monarquia e casas senhoriais presentes no território, através da outorga de instrumentos de fixação da população (cartas de foral). Após a reconquista cristã, a rede paroquial deu os primeiros passos e foi evoluindo de acordo com as decisões e orientações da Igreja Católica. O conhecimento da evolução da rede paroquial foi feito a partir das fontes disponíveis, permitindo-nos elencar os vários agentes responsáveis pela ereção canónica, crescimento, manutenção e trâmites da mesma.

Palavras-chave. Povoamento, Evangelização, Rede Paroquial, Côa e Távora.

Abstract. The present work deals with the problems related to the evolution of the parish network, from the 13th to the 14th century, in the territory between the Távora and Côa rivers, which was one of the four districts of the bishopric of Lamego. We sought to identify and list constraints and intervenients that enabled the settlement of this area, from the post-Christian reconquest period, namely its geostrategic location. The fact that it is a frontier zone required measures, with a view to their settlement, by the monarchy and manor houses present in the territory, through the granting of instruments of fixation of the population. After the Christian reconquest, the parish network takes its first steps and evolves according to the decisions and guidelines of the Catholic Church. The

¹ Este artigo é o resultado de uma versão abreviada da 3ª parte da minha tese de mestrado. Para um aprofundamento da temática aqui apresentada ver: Moreira 2017. Abreviaturas usadas: ANTI: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; AUC: Arquivo da Universidade de Coimbra; BMV: Biblioteca Municipal de Viseu; Chanc.: Chancelaria; CSLM: Cabido da Sé de Lamego; doc. documento; gav.: gaveta; Leituário: ANTI, CSLM, Censual: lv. 155; lv.: livro; mç.: maço; PMH: *Portugaliae Monumenta Historica*.

² Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bolsheiro da FCT.

knowledge of the evolution of the parish network was made from the available sources and allowed us to list the various agents responsible for canonical erection, growth, maintenance and procedures.

Keywords. Population, Evangelization, Parish Network, Côa and Távora.

1. O Entre o Côa e o Távora – geografia do espaço

Situado no interior norte de Portugal, nas atuais regiões da Beira Alta e do Alto Douro vinhateiro, o território entre o Côa e o Távora, com uma área de 1 268.12 km², foi durante quase três séculos um dos distritos eclesiásticos da diocese de Lamego. É delimitado geograficamente: a norte pelo rio Douro, a nascente pelo rio Côa, a partir de Ervedosa de Pinhel até desaguar no rio Douro junto das freguesias de Vila Nova de Foz Côa e Castelo Melhor; a poente o rio Távora que nasce perto de Trancoso e vai desaguar no Douro, junto das freguesias de Valença do Douro e Adorigo, ambas do concelho de Tabuaço. Na parte sul os limites que confrontam de nascente para poente são: entre o rio Côa e a ribeira do Massueime, a freguesia de Ervedosa com as freguesias do Bogalhal e Santa Eufémia. Do rio Massueime ao rio Távora temos os seguintes limites: do lado norte, as freguesias de Coriscada, Rabaçal, Carvalhal, Casteição, Prova, Arnas, Sebadelhe da Serra, Reboleiro e Palhais. Do lado sul, as freguesias de Cótimos, Valdujo, Moreira de Rei, Torre do Terrenho, Terrenho, Castanheira e Rio de Mel, onde entra o rio Távora novamente como fronteira natural. Ambos os rios fazem parte da bacia hidrográfica do rio Douro e correm de sul para norte.

Na atual divisão administrativa, estão inseridos neste território três concelhos na sua totalidade, Méda, Penedono e São João da Pesqueira, e cinco têm nele freguesias: Tabuaço, Vila Nova de Foz Côa, Sernancelhe, Pinhel e Trancoso, inseridos em dois distritos, Guarda e Viseu. Faziam parte deste território 75 freguesias, que passaram a 63 pela reforma administrativa das freguesias de 2013, quando 18 delas foram anexadas.

Ao nível da administração eclesiástica atual contam-se neste território 80 paróquias, repartidas pelas dioceses de Lamego (73 paróquias) e da Guarda (7 paróquias), sendo que 5 paróquias não são freguesias. Ao longo dos séculos, muitas outras paróquias foram erigidas neste vasto território. De algumas ainda existe a igreja matriz; outras são hoje meras capelanias anexas a outra paróquia; de outras apenas se guarda o lugar, não existindo sequer vestígios da igreja matriz e da povoação que ali esteve edificada³.

³ Ver em anexo mapas 1 a 3 e quadro 1.

A paisagem é marcada pela cultura agrícola da vinha, amendoeira e oliveira junto ao rio Douro, em socacos onde predomina o xisto, com as manchas de carvalho, pinheiro, castanheiro e macieira, em terras de maior altitude e marcadas pelo granito da Beira. A paisagem agrária e o clima quente do verão e muito frio no inverno condicionaram também a rudeza das suas gentes, que viveram ao longo dos séculos da agricultura, da pastorícia e da caça.

2. Elementos necessários para a criação/ereção de uma paróquia no período pós-reconquista até ao século XVI

Ainda que possamos dispor de vários indicadores que nos forneçam dados que tornem possível datar a existência de algumas paróquias (documentos escritos, epígrafes, estilo arquitetónico da igreja, orago etc.), nem sempre é possível saber as razões e os trâmites que levaram a que elas fossem criadas num determinado espaço e ao serviço de uma comunidade.

Dos vários estudos já realizados sobre a realidade paroquial em Portugal, em quase todos é ponto assente a existência de vários elementos que, unidos, tornam possível a criação ou ereção de uma paróquia: a população, a existência de uma igreja onde são administrados os sacramentos com pia batismal e um espaço para o enterramento dos defuntos, um dote que possibilite meios de subsistência aos ministros do culto, a manutenção e reparação do templo e o pagamento dos respetivos direitos à igreja catedral a que a paróquia está unida (Oliveira 1950; Costa 1997-2000; Mattoso 2001: 31-45; Rodrigues 2006: 71-83; Reis 2013: 297-307)⁴.

O elemento mais evidente para que uma paróquia fosse erigida era a população; era ela que condicionava a sua criação ou a sua extinção. A comunidade dos cristãos unidos a uma igreja, os *fili ecclesiae* que aí recebem os sacramentos, é a razão da existência e desenvolvimento da própria paróquia. O clima de estabilidade que se começava a viver no período pós-reconquista e as medidas régias e senhoriais de povoamento, através da outorga de forais, iriam ajudar a que a população se fixe e aumente.

⁴ Para um melhor conhecimento dos estudos realizados sobre este tema versando a diocese de Lamego ver: Moreira 2007: 40-41.

3. A paróquia ibérica nos séculos XI-XII – novos paradigmas

Os séculos XI e XII ditariam uma série de transformações na realidade eclesial e paroquial na Península Ibérica, ultrapassando as influências romano-visigóticas e moçárabes existentes. O período da reconquista e do início da nacionalidade insere-se dentro do movimento reformador que a Igreja Católica estava a operar por toda a Cristandade. A reforma gregoriana, iniciada pelo papa Gregório VII, chegou, nos inícios do século XII, à Península Ibérica, graças ao empenho e proteção de Afonso VI. Posteriormente, no condado portugalense, o conde D. Henrique ditaria novos moldes para a vivência religiosa das populações. A nomeação de bispos franceses e a influência que se começou a sentir por parte das ordens religiosas de Cluny e, depois, de Cister, iriam conduzir à reforma litúrgica, com a implantação do rito romano e a supressão do rito hispânico, implantando uma nova organização eclesial (Bragança 1973: 133-156).

Neste contexto reformista, iriam também surgir novos moldes para a organização paroquial, tendo por base, sobretudo, as deliberações do concílio de Coiança (1055) e dos dois concílios de Compostela (1059 e 1063). Neles ficariam configuradas as linhas gerais da organização paroquial que perduram até à atualidade (De La Fuente 2006: 195-288; Alcina 2009: 57-75):

- a sagração das igrejas como competência exclusiva do bispo;
- a consolidação da jurisdição episcopal sobre a igreja paroquial;
- a afirmação da jurisdição eclesiástica sobre os bens das igrejas;
- os direitos dos leigos sobre os bens das igrejas passam a ser controlados (mantém-se o direito de padroado);
- a necessidade de delimitar o território de cada paróquia (pertença de todos os leigos a uma paróquia como forma de promover a recolha de dízimos);
- o reforço na ação pastoral paroquial pela cura de almas (formação sacerdotal, o celibato obrigatório e a residência na paróquia). O pároco é o responsável pela saúde espiritual dos *filiis ecclesiae* ou fregueses da sua paróquia: deve administrar os sacramentos e ensinar a doutrina cristã (pelo menos o Credo e o Pai-nosso);
- a escolha de um orago que se assume como modelo a seguir, protetor e elo de ligação entre os fiéis e Deus.

4. A génese da rede paroquial no Entre o Côa e o Távora – séculos XI a XIII

A localização dos castelos, das *penelas* e das *populaturas* (PMH *Diplomata*: 51, 262), bem como os primeiros atos administrativos conhecidos para o Entre Côa e Távora são os melhores indicativos de que se dispõe para a formulação e localização da primitiva rede paroquial (Moreira, 2017: 94-98).

A existência de comunidades cristãs nesta zona deve remontar ao século VII, mas a existência de comunidades paroquiais organizadas é mais tardia e deve ter tido o seu ponto de partida com a conquista destas terras aos mouros durante a presúria do conde Odoário nos finais do século IX e, numa segunda fase, com a ação de Fernando Magno, durante a campanha das Beiras (1055-64), o início do reinado de D. Afonso Henriques e a autonomia do reino de Portugal (Moreira, 2017: 63-75).

A ação de povoamento levada a cabo por Fernando Magno, Egas Gosendes de Baião, Fernão Mendes de Bragança e D. Afonso Henriques, com a outorga de nove forais nesta zona, não pode ser descurada (mapa 6). Na falta de outra documentação indicativa da existência de paróquias, a atribuição de um foral a um núcleo populacional já existente, ou a ser criado pelo ato foraleiro, é indicativo da presença de uma estrutura eclesial: uma igreja/paróquia.

Partindo da velha máxima *nulla villa sine ecclesia*, podemos formular algumas questões: surgem primeiro os concelhos e depois as paróquias ou terá sucedido o contrário? Terão sobrevivido à invasão muçulmana alguns locais de culto do período suevo-visigótico? As campanhas arqueológicas no território em estudo, até ao presente, apenas lograram identificar dois locais de culto neste período: a basílica do Prazo, em Freixo de Numão (Coixão 1999: 52-125; Real 2013: 65-100) e na Ervamoira, em Muxagata (Guimarães 2000: 617-631). No entanto, não podemos afirmar se nos séculos XI-XIII ainda estariam a exercer funções.

Do período da reconquista chegaram até nós oragos, ainda que na atualidade sejam patronos de simples capelas (que não guardam testemunhos arquitetónicos daquela época), mas que deixam antever a existência de templos pré-nacionais. É o caso de Santo Tirso em Penela da Beira, São Paio em Trevões (Moreira 2015), São Gens em Ferreirim, Arnas (Costa 2007: 60-61) e Sebadelhe da Serra. Também o hagiotopónimo Santa Comba - concelho de Vila Nova de Foz Côa, cuja paróquia em 1321, aparece citada como *ecclesiam Sancte Columbe*, guarda, possivelmente, a memória de um templo pré-nacional que ali terá existido, dedicado a esta virgem mártir (Velo 2008/2009: 251-271). A estes exemplos não podemos deixar de acrescentar

que, em grande parte dos templos pré-nacionais, foram escolhidos como oragos a invocação da Mãe de Deus com o título de Santa Maria, o precursor João Batista, os apóstolos Pedro e Tiago, o arcanjo São Miguel e o apóstolo das Gálias São Martinho.

Ainda que a existência de necrópoles com sepulturas escavadas na rocha não seja forçosamente, indicativo da existência de comunidades paroquiais ou monacais no período da reconquista, estas não podem ser descuradas (Lopes 2002). A terem existido templos cristãos nos locais onde se encontram estas sepulturas, qual seria a sua real função? Seriam igrejas, capelas ou simples oratórios? Públicos ou privados? Seriam paroquiais ou monacais? Quem seriam os seus padroeiros iniciais? Seriam eles de fundação real, laical, senhorial, episcopal ou monástica? Quais seriam os seus oragos? São perguntas que aqui formulamos e para as quais não temos resposta.

Tendo como base os testemunhos arquitetónicos nas construções das igrejas paroquiais que subsistiram até à atualidade, dentro do estilo próprio dos séculos IX-XIII, estes também são muito poucos. Apenas a capela de São Pedro, do mosteiro velho de São Pedro das Águias, e as igrejas de Sernancelhe, Fonte Arcada e Santa Maria de Numão apresentam traços arquitetónicos que caracteriza as igrejas construídas neste período e tão presentes noutras regiões, a que podemos juntar alguns apontamentos nas igrejas de Trevões, Longroiva e São Pedro de Marialva (Barroca 2000: 374-375; Almeida 2001: 126-130; González 2010: 125-138; 259-268).

5. A malha paroquial nos inícios do século XIII – paróquias-base ou paróquias-mãe

Os textos dos forais e a documentada sagração de, pelo menos, seis igrejas paroquiais (Fonte Arcada, Numão, Penela, Penedono, Longroiva e Trancoso), em meados do século XII, por parte do arcebispo de Braga D. João Peculiar, são os primeiros indicativos que possuímos sobre a existência de igrejas e comunidades cristãs organizadas, no século XII, no Entre Côa e Távora, mas outras igrejas já deviam estar erigidas na altura, até porque o arcebispo de Braga na mesma data, consagrou várias igrejas nas dioceses de Lamego e Viseu (Marques 1997: 75-76).

É já do início do século XIII a primeira fonte escrita que nos permite hoje, à distância de quase oito séculos, conhecer a malha paroquial que já estava estabelecida na nossa zona de estudo. A chamada Lista das Igrejas de 1220-29 (Boissellier 2012: 85-89) apresenta, nas terras Entre o Côa e o Távora,

24 paróquias distribuídas por 17 núcleos populacionais, visto que em quatro localidades existe mais do que uma paróquia.

Havia duas em Casteição (Santa Maria e São Pedro) e duas em Numão (Santa Maria dentro do castelo e São Pedro fora do castelo). Na vila de Marialva, estavam erigidas três paróquias (São Tiago e São João, dentro do núcleo muralhado, e São Pedro, fora das muralhas). Na vila de Penedono, existiam outras três paróquias (São Pedro, São Salvador e Santa Maria). Os restantes 13 núcleos populacionais estavam distribuídos na forma que a seguir se segue. Atuais terras do concelho de Mêda: Longroiva (Santa Maria); Mêda (São Bento); Ranhados (São Martinho e nas suas proximidades Santa Maria de Fontarcadelina); Vale Flôr (São Pedro); e em Paipenela (São Silvestre). Terras do atual concelho de Penedono: além das três paróquias da sede do concelho, existia Penela da Beira, uma das igrejas sagradas por D. João Peculiar com orago de *Santa Maria*, e o Souto (São Pedro). Terras do concelho de São João da Pesqueira: São João da Pesqueira (São João); Paredes da Beira (São Bartolomeu); e Trevões (Santa Marinha). Terras do atual concelho de Sernancelhe: Sernancelhe (São João) e Fonte Arcada (Santa Maria). Terras do atual concelho de Trancoso: Sebadelhe da Serra (Santa Maria)⁵.

Estes 17 núcleos populacionais, onde foram erigidas estas 24 paróquias, apresentam características que nos permitem afirmar que, em meados do século XII ou princípios do século XIII, estavam já erigidas aquelas que iremos chamar de *paróquias-mãe* (mapa 4). Ou seja, paróquias que estavam à cabeça de uma vila ou concelho, com uma vasta área territorial e a partir das quais, nos séculos seguintes, se vão criar novas paróquias, a que demos o nome de *paróquias-filiais* ou anexas.

6. O crescimento da rede paroquial – século XIII e XIV. Agentes de povoamento e evangelização – mentores do crescimento paroquial

Todo o século XIII é marcado pelo aparecimento de novos núcleos populacionais e novas paróquias, erigidas graças ao empenho de várias instituições.

No espaço de 60 anos, da primeira fonte escrita, a *Lista das Igrejas dos bispados de 1220-29* (Boissellier 2012: 85-89), para a segunda, o *Leituário da Sé de Lamego de 1282-86* (Leituário), às 24 paróquias anteriormente citadas juntam-se mais 17, erigidas entretanto em outros tantos núcleos

⁵ Ver em anexo mapa 4.

populacionais: Santa Maria do Aveloso e Santa Maria de Vila Maior (Mêda); São Miguel de Riodades e Santa Maria de Soutelo (São João da Pesqueira), São Miguel e Santa Maria nas Antas (Penedono); Santa Maria de Cedovim, São Pedro de Freixo, São Mamede de Numão, São Lourenço de Vale de Bois, Santa Maria da Veiga, Aldeia Nova e Santa Maria do Azinhate (Vila Nova de Foz Côa). A igreja de Santa Maria de Ponte Távora (Vila da Ponte – Sernancelhe), apesar de não aparecer citada no *Leituário*, foi doada no ano de 1261, pelo rei D. Afonso III, à Sé de Lamego, (Ventura, Oliveira 2006: 279-280)⁶.

Nos termos do concelho de Pinhel, no território entre o rio Côa e a ribeira do Massueime, recolhemos um primeiro testemunho referente à ereção de uma paróquia nesta zona da doação que Domingos Gil, reitor da igreja do Azevo, faz ao cabido da Sé de Lamego, no ano de 1273 (ANTI, CSLM, Doações, mç. 1, 10). Nas proximidades do Azevo, o *Leituário* assinala que, no Vieiro, tem o cabido de Lamego a receber *a terça do pão do vinho e do linho e de todo o género de dízimas* (Leituário: 15). Esta coleta deve referir-se à contribuição da *ecclesiam Sancti Vicencii de Veeyro*, assim citada na *Lista das Igrejas de 1321* (Boissellier 2012: 167).

Se a responsabilidade do povoamento e evangelização pela ereção da malha paroquial no Entre Côa e Távora, ao longo dos séculos XI e XII, assentou sobretudo na ação régia e de algumas casas senhoriais (Baião e Bragança), pela outorga de forais, procurando dessa forma a fixação e crescimento da população nesta zona tão importante para a defesa do reino (mapa 6), a partir do século XIII, além da ação da coroa, outros intervenientes aparecem com um papel de extrema importância neste âmbito (Moreira 2017: 63-75).

A mitra e o cabido de Lamego irão ser responsáveis pelo aparecimento e crescimento de uma série de comunidades, juntando-se a eles o mosteiro cisterciense de São Pedro das Águias, no território do seu couto, e as ordens militares do Templo e do Hospital, a primeira em terras de Longroiva, Mêda e Muxagata e a segunda em terras de Sernancelhe.

6.1. A ação régia – séculos XIII-XIV

O Entre Côa e Távora, durante o século XIII e a exemplo do que aconteceu na centúria anterior, foi muito marcado pela ação régia de povoamento, particularmente pelo rei D. Dinis, que outorgou vários instrumentos de

⁶ Ver em anexo mapas 5, 7 e 8.

povoamento (cartas de foral a Ranhados e Fonte Arcadinha, Póvoa da Veiga e Vila Nova de Foz Côa).

O vasto concelho de Numão começa neste século a ser retalhado por novos polos populacionais que, entretanto, vão ganhando autonomia municipal. É o que acontece a oriente deste concelho, onde a *póvoa da Veiga de terra de Santa Maria* e a *póvoa de Vila de Foz de Côa* ganham autonomia em relação ao concelho de Numão, com a outorga de forais por parte do rei D. Dinis (ANTT, Chanc. de D. Dinis, lv. 1, fl. 88-90; lv. 4, fls. 13v-14, 71v).

O aumento da população dentro da área do concelho de Numão é refletido na necessidade de erigir, pelo menos, seis novas paróquias: São Pedro em Freixo de Numão, São Mamede em Numão, São Lourenço em Vale de Boi, Santa Maria da Veiga, Santa Maria de Aldeia Nova e Santa Maria de Azinhate (ambas em Foz Côa). Possivelmente, a construção das igrejas paroquiais nestas três comunidades deve ter assentado sobre templos mais antigos que ali teriam já existido, como testemunham os vários vestígios arqueológicos encontrados nos seus adros.

João Soalheiro aponta a criação da paróquia de São Pedro de Freixo como possível fator que terá levado ao abandono da comunidade cristã existente no Prazo (Freixo de Numão). Neste local existia uma comunidade eclesial desde o século VII, tal como prova a existência de uma basílica paleocristã em ruínas, entre muitos outros vestígios de ocupação humana ali encontrados (Soalheiro 2000: 51).

A comunidade de Cedovim, a quem o rei D. Afonso III outorga carta de povoamento no ano de 1271, tinha já no ano de 1244 erigido a paróquia de Santa Maria, pois o abade Mendes João, *prelatus* da igreja de Cedovim, doa parte de uma vinha que tinha em Armamar ao mosteiro de São João de Tarouca (Fernandes 1991: 574).

6.2. A ação da mitra e cabido da Sé de Lamego – séculos XIII-XVI

O bispado de Lamego, ao ser restaurado pelo ano de 1147 e ao ser eleito para seu bispo D. Mendo, pela ação e persistência do rei D. Afonso Henriques, recebe uma série de privilégios do monarca que permitem a sustentabilidade da diocese restaurada (Costa 1979: 89-125; Saraiva 2003: 1887-199).

Mas outros privilégios e benefícios foram adquiridos pela Sé de Lamego, ao longo dos séculos, por doações régias, particulares e por compras de património que os bispos iam fazendo. Sob seu domínio direto, a Sé de Lamego, além dos coutos da Sé e Bagaúste, detinha as seguintes localidades:

Vila Seca - Armamar; Parada - Lamego; Trevões e Soutelo - São João da Pesqueira; Aveloso e Vila Maior - Mêda; Vila da Ponte - Sernancelhe; Ourozinho - Penedono e Canelas e Poiães - Peso da Régua.

Para este trabalho, interessa apenas saber da presença e da influência que a Sé e o cabido de Lamego tiveram entre o Côa e o Távora e que domínios é que estiveram sob o seu controlo direto, para, dessa forma, compreendermos a sua ação de povoamento e o papel que tiveram na ereção de algumas paróquias⁷.

As inquirições de 1258 e 1290 são as primeiras fontes que ajudam a perceber a presença e a ação da mitra lamecense na zona Entre o Côa e o Távora, no século XIII, em terras da Pesqueira, Trevões, Aveloso, Penedono, Marialva, Casteiçã e Sernancelhe.

Assim, segundo o testemunho do pároco de São João da Pesqueira aos inquiridores da terceira alçada do rei D. Afonso III, a aldeia de Soutelo, no termo da mesma vila, havia sido doada pelo rei Afonso II ao bispo de Lamego D. Paio (PMH *Inquisitiones*: 1098).

De facto, D. Maria Mendes, mãe do bispo de Lamego D. Paio Furtado, era natural deste lugar, onde possuía boas herdades que, ao morrer, legou ao cabido da Sé de Lamego (Fonseca 1789: 22). O rei Afonso II, ordena aos juízes de São João da Pesqueira pelo seu porteiro, Domingos da Barca, que entregassem a aldeia de Soutelo ao bispo e ao cabido de Lamego (ANTT, CSLM, padroado, mç 1, nº 1). Os homens inquiridos em 1258, guardam memória disso mesmo (PMH *Inquisitiones* 1936: 1098). No ano de 1246 é o bispo D. Paio Furtado que doa os bens de que dispunha, em Soutelo, ao cabido da Sé de Lamego (ANTT, CSLM, Testamentos, mç. 1, nº 2).

Apesar de ter ficado exarado na doação que *Et addit etiam quod, quando comcilium dedit istam hereditatem de Sautelo episcopo de Lameco, dedit ei illam pro ad sex jugatas bouum tantum, et non pro ad plus* (PMH *Inquisitiones* 1936: 1098), a Sé de Lamego desempenhou, nesta aldeia de Soutelo, uma grande ação de povoamento. Passados 60 anos, segundo o testemunho das inquirições do rei D. Dinis, *o bispo dom Paayo de Lamego em tempo del Rey dom Sancho prestumeiro veo pedir ao conçelho de Sanhoane de Pesqueira huum herdamento hu fezerom essa aldeya em que lhy morassem seis homeens e o conçelho deulho e estenderonsse tanto dessa aldeya pello regueengo del Rey que moravam la hy bem çinquenta homees* (PMH *Inquisitiones* 2015: 635). Este crescimento populacional foi o suficiente para erigir a *Ecclesia de Sancta Maria* de Soutelo, segundo o testemunho do *Leituário* de 1282-86. Fez também a mitra de

⁷ Ver em anexo mapa 9.

Lamego, na aldeia de Soutelo, uma *honrra que nom peitam a el Rey vooz nem cooima nem by dam a parada e trage hy o bispo seu juiz e seu chegador e assy o dizem outras testemunhas ca ho ouvirom dizer aos homeens vedros (ibidem:)*. Face a isto, o rei D. Dinis ordena que *Seja toda devassa e entre ai moordomo del Rey por seus dereitos e yam ende ao juizo do juiz de Sam Joham ((PMH Inquisitiones 2015: 636)*. O que veio a acontecer de facto e só no ano de 1335 é que o cabido da Sé de Lamego volta a recuperar a jurisdição de Soutelo (ANTI, CSLM, Padroados, lv. 57, fls. 4v-5v).

Ainda dentro dos termos do concelho de São João da Pesqueira, durante o reinado de D. Sancho II, a Sé de Lamego recebeu, por uma doação de Pedro Lamelas, *tria casalia foraria Regis in termino Sancti Johannis de Pescaria in loco qui dicitur Vilaroco (PMH Inquisitiones 1936: 1098)*. Embora no Vilarouco a Sé de Lamego nunca tenha conseguido alcançar a jurisdição cível do lugar, vai conseguir dispor do direito de padroado da igreja de São Bartolomeu.

Também por uma doação, a vila de Trevões e, no seu termo, a localidade de Várzea, passam para a tutela da Sé de Lamego. As inquirições de D. Afonso III referem que esta doação foi outorgada por D. Afonso Henriques (PMH Inquisitiones 1936: 1095), mas já segundo as de D. Dinis terão sido os Braganções: *Toda a vila de Trovoens he Varzea que jaz em seu termo he da See da Lameguo e tragena por honrra que nom entra hy mordomo del Rey nem peitam vooz nem coima. E dizem as testemunhas que ouvirom dizer que foy dos Bragançaãos e que a mandarom a se de Lamego (PMH Inquisitiones 2015: 637)*.

Em Várzea de Trevões ou do Bispo, como também era conhecida, a ação de povoamento da mitra foi meritória (Costa 1979: 211). No final do século XIII seriam 22 os casais que habitavam a terra: *Esta he a renembrancha dos Cazaes, quo o Bispo de Lamego ha em Trevoes em termo de Varzeas. Sunt vinte e dous Cazaes e rendem vinte e dous moyos de pam em cada hv anno, senaõ ouverem milho darem oito por elle, e este foro deve á ser recebido nas Eiras e vinte e dois moyos de vinho no Lagar, e por a festa do Natal hum porco, e hum meravidim velho e vinte e duas gallinhas e trinta ovos e hum alqueire de manteiga e hua reste de alhos e outra de sebolas, senhos almudes de trigo e senhos de sevada e senhos de centeye e senhos de vinho e outros senhos por foro de Trevões (Leituário: 3v)*.

O lugar do Aveloso e a zona envolvente junto à ribeira Teja tiveram também uma forte presença da mitra de Lamego. Estas terras situadas nos termos do concelho de Penedono, devem ter sido doadas à mitra de Lamego durante o reinado de D. Afonso II ou de D. Sancho II, a pedido do bispo D. Paio. Segundo o testemunho das inquirições de 1288, *a aldeya que chamam o Avelaoso he em termo de Pena de Dono. E dizem as testemunhas d'ouvida que o bispo dom Payo veo pedir ao conçelho huum herdamento em que lhy lavrasem*

duas jugadas de bois e deron-lho. E os outros bispos acrecentaram tanto que moram ora hi bem çinquenta homens e tragen 'o por honrra. (PMH *Inquisitiones* 2015: 637). Com a presença de tão numerosa população, na aldeia do Aveloso estavam lançadas as bases para que, sob o patrocínio da Sé lamecense, fosse erigida a paróquia de *Santa Maria do Aveloso* (Leituário: 9v).

Nas vilas de Trevões e do Aveloso, a mitra lamecense, como forma de afirmar a sua jurisdição territorial, edificou câmara eclesiástica e residência episcopal, oferecendo, assim o necessário suporte logístico às deslocações dos prelados e dos seus mandatários nas visitas pastorais e afirmando a sua jurisdição territorial.

Ainda nos termos do concelho de Penedono, por algum ato régio que desconhecemos ou até do próprio concelho, talvez pela incapacidade deste em povoar uma área tão vasta, entre a margem do rio Torto (desde A-do-Bispo) e a ribeira Teja, detinha a mitra, segundo o testemunho das inquirições de 1280, *outros herdamentos que am ende Eirosiom*” (PMH *Inquisitiones* 2015: 637). Ou seja, entre a atual freguesia do Ourozinho e sua anexa Telhal. No ano de 1282, os inquiridores do *Leituário*, ao chegarem ao Ourozinho, encontraram *dezasete casais dos quais deve ter o Bispo anualmente pela festa da beata Maria de agosto um moio de centeio e um quartoiro de milho ou de cevada pela forma que se contém na sua Carta* (Leituário: 26v).

A distribuição do povoamento da atual freguesia do Ourozinho (formada por pequenos núcleos populacionais: Valongo, Cerro, Fiarresga, Telhal, Quinta do Vale Outeiro, Quinta do Vidoeiro, Quinta do Folecho etc.), ajuda a compreender a possível distribuição destes 17 casais, já na citada data. Presumimos que estes moradores, numa primeira fase, tenham procurado assistência religiosa na paróquia do Aveloso, ou em São Miguel das Antas, o que irão fazer na centúria seguinte, como veremos, mas não devem ter demorado a construir edifícios próprios para neles receberem os sacramentos e o apoio espiritual necessário. Chegou até aos dias de hoje, ainda que sem marcas arquitetónicas da época, a capela de Santiago, cujo orago pode ser o mais válido testemunho deste primitivo povoamento. A referência única que encontramos da existência de um templo com funções paroquiais surge no testemunho dos homens inquiridos em 1558, a mando da Universidade de Coimbra, que *Loguo disseram que a Igreja da Madanella do Ourozinho segundo fama própria dos antigos fora igreja paroquial com pia de bautismo*, portanto com funções paroquiais (AUC, IV-1^a E-17-5-34, fl. 33v).

Mas a ação de povoamento da mitra lamecense não ficou por aqui, transpôs a margem direita da ribeira Teja e, nos terrenos férteis dos termos do concelho de Casteição, nas bases de uma antiga *villae* romana (de onde

possivelmente herdara o nome), estabeleceu um núcleo populacional: *O logar que chamam Vila Maior que he hua casa e seus casaaes do bispo da Lamego. Dizem as testemunhas que o gaanhou o bispo dom Paayo em tempo del Rey dom Sancho tio deste Rey do concelho de Crasteiçom que he todo Regeengo e foreiro del Rrey e des entom tronxero-no por onrra e assi ho tragem ora* (PMH *Inquisitiones* 2015: 640). Os mesmos inquiridores do *Leituário*, no ano de 1282, encontram em Vila Maior tulhas na Igreja com pão que Pelágio Pedro possui ao seu cuidado (*Leituário*: 27). Este pequeno núcleo populacional, local onde a mitra tinha algumas tulhas e celeiro para recolha de dízimos, dispunha da igreja de *Sancta Maria* para o cumprimento dos preceitos cristãos dos seus habitantes, cuja renda era de todas as dízimas a terça para o bispo, menos do seu herdamento (*Leituário*: 9v).

Os testemunhos recolhidos no *Leituário* deixam antever o posterior declínio do lugar. A paróquia de Vila Maior, ao não ser citada na *Lista das Igrejas de 1321* (Boissellier 2012: 165-168), já estaria extinta ou em fase disso, pois os anos que se seguiram, com guerras e peste, foram pródigos para os pequenos núcleos paroquiais.

No termo do concelho de Marialva, junto da paróquia de Vale de Ladrões, hoje Valflor, possuiu também a Sé de Lamego a *quintãa de Pousada jaz em seu termo e foy de Meen Joannes creligo e mandoua a See da Lamego e tragea ende Afonso Lopez Gato emprazada e trage-a por honrra* (PMH *Inquisitiones* 2015: 639-640). Esta quintã foi adquirida pelo bispo D. Egas, no ano de 1260, juntamente com o Campo de Fernão Mendes (ANTT, CSLM, Doações, mç. 1, nº 24). No dito campo, que possivelmente fora uma propriedade de Fernão Mendes de Bragança II, assim o indica o nome, segundo o testemunho do procurador João Eanes, no ano de 1282, “tinha o Bispo lamecense doze casais dos quais deve ter o Bispo a nona parte do pão e do linho e do vinho” (*Leituário*: 28v). Desconhecemos, até ao presente, a existência de algum edifício de culto neste lugar, ou até de algum núcleo paroquial apoiado por uma igreja ou capela.

Também do ano de 1282, recolhemos a informação, no *Leituário*, da existência de uma quintã pertença do cabido lamecense, no termo do concelho de Numão, *com a igreja de São Mamede e com dez e seis casais que estão junto da mesma, e com bons arredores e bons cortiços e com uma bouça que se chama Sebadelhe* (*Leituário*: 24v). Poderá ter acontecido o mesmo em Campo de Fernão Mendes, ou noutros lugares onde a mitra e o cabido detinham propriedades e era necessário providenciar a assistência espiritual dos seus caseiros e familiares.

O mesmo pode ter acontecido nos termos do concelho de Pinhel já

citados, onde a mitra e o cabido lamecense detinham bastantes bens nos arredores da paróquia do Azevo (*Eusebio, Ozebio, Ousebio ou Osevho*), particularmente no lugar do Juízo, onde o mesmo procurador João Eanes, no ano de 1282, afirma *que o Bispo tem aí dezoito courelas das quais deve ter o Bispo a sétima parte do pão vinho, linho e dos legumes salvo a dízima. Item deve ter o Bispo de qualquer courela um almude de trigo, e um almude de cevada na arca pelo mordomo do Bispo. Item, deve ter o Bispo de qualquer courela desde o 1.º dia de Março até à festa do Santo Espírito um quarto de carneiro e pelo Natal uma galinha com vinte ovos, voz e coima pelo foro de Pinhel segundo se contem na sua carta* (Leituário: 28v-29).

No ano de 1292, a mitra de Lamego volta a ser agraciada com uma doação régia por parte do rei D. Dinis. Recebe o pequeno povoado de *Ponte de Távora* (Vila da Ponte). Esta doação resulta de um ato de gratidão do rei para com o bispo de Lamego, D. João, pela sua ação na resolução das querelas que o rei mantinha com a Igreja em Portugal (Pizarro 2008: 112-113). Mas já D. Afonso III, no ano de 1261, havia doado à Sé de Lamego na mesma *Ponte de Távora* a igreja e uma albergaria (Ventura, Oliveira 2006: 279-280).

Outras doações régias que a mitra e o cabido lamecense vão receber referem-se ao direito de padroado em várias igrejas.

Ao longo dos séculos XIV a XVI são conhecidas várias demandas entre a mitra de Lamego e o seu cabido com a casa dos Coutinhos/Marialva. Além das apropriações indevidas que a casa de Marialva foi fazendo na zona de Lamego (particularmente no seu couto de Leomil), temos que registar no Entre Còa e Távora a apropriação do couto do Aveloso, da Aldeia da Ponte e de Trevões, que eram de jurisdição episcopal (ANTT, Chanc. de D. João I, lv. 4, fl. 10-10v; ANTT, CSLM, Inquirições, mç. 1, nº 17; Moreno 1985: 172-208; Ventura 1997: 126-127, 146-150, 219-240).

No contexto da reforma dos forais, levada a cabo por D. Manuel I no início do século XVI, a vila do Aveloso recebe foral a 21 de abril de 1514. Este documento, também conhecido como *foral da mitra de Lamego*, apresenta características muito próprias. No seu conteúdo, além de confirmar os deveres dos moradores da vila do Aveloso, enumera uma série de vilas, concelhos, lugares ou apenas propriedades que estavam sob a jurisdição da mitra de Lamego. No Entre Còa e Távora, além do Aveloso, as comunidades de Valongo dos Azeites, Vale de Ladrões, Trevões, Várzea e Vilarouco são também contempladas com este documento, a que se juntam as de Pendilhe, Parada do Bispo e Canelas (ANTT, Coleção de Forais, lv. 38).

6.3. A presença e ação das ordens religiosas e militares – séculos XII-XVI

Ao longo do século XII, várias são as instituições que irão marcar presença na zona Entre o Côa e o Távora. Entre as ordens religiosas, é Cister que irá impor-se no seu vasto couto de São Pedro das Águias e no couto da Touça (Fernandes 1974: 279-282; Soalheiro 2000: 35). Quanto às ordens militares, será a ordem dos Templários a implementar-se na zona de Longroiva e Mêda e, na primeira metade do século XIII, a ordem do Hospital na zona de Sernancelhe⁸.

A) A ordem de Cister

A entrada da ordem de Cister em Portugal, na primeira metade do século XII (1138-1140), pela ação de D. Afonso Henriques, insere-se nos seus planos de povoar o território e encontrar apoios para o reconhecimento de Portugal como reino independente.

Entre os primeiros mosteiros cistercienses edificadas em Portugal, alguns situavam-se nos limites territoriais da diocese de Lamego, que seria restaurada na sua dignidade episcopal pelo ano de 1147. Foram o mosteiro de São João Tarouca, fundado ainda antes da restauração da diocese de Lamego (1140-1144), a que se seguiu, no ano de 1156, o mosteiro de Santa Maria de Salzedas e, em 1170, o mosteiro de São Pedro das Águias (Marques 1998: 25). Os lugares escolhidos para a implantação destes mosteiros integram-se no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do rebuliço das cidades, reproduzindo a imagem e o espírito do mosteiro de Claraval de cujo ramo provêm, definindo, assim, uma tipologia do lugar. Todos eles devem ter sido fundados sobre cenóbios beneditinos já existentes.

Estes primeiros mosteiros gozaram desde os seus primórdios de proteção régia e senhorial. Pelas mais variadas doações e isenções que receberam, rapidamente conseguiram o domínio e posse de um vasto território na diocese de Lamego. Uma série de terras junto ao rio Varosa foram coutadas e entregues aos mosteiros de São João de Tarouca e de Salzedas, ambos construídos nas suas margens. Ao mosteiro de São Pedro das Águias foi doado um extenso couto, já dentro do território Entre o Côa e o Távora, na

⁸ Ver em anexo mapa 10.

margem direita do rio Távora até ao lugar onde este desagua no rio Douro, embora o mosteiro tenha sido implantado na margem esquerda, já fora do território em estudo (na atual paróquia de Granjinha-Tabuaço).

Não caberá aqui discutir sobre a data de fundação do mosteiro de São Pedro das Águias, quais os seus fundadores e o primitivo local de construção (Fernandes 1963: 129-136; Fernandes 1970: 145-160). Conhece-se, porém, um documento que revela um mosteiro seguidor da regra beneditina, no ano de 1170, e só no ano de 1205, pela primeira vez é nomeado, nas decisões do capítulo geral da ordem de Cister (Marques 1998: 57-58).

O primitivo cenóbio construído na margem esquerda do rio Távora, que devia seguir a regra beneditina, teria a posse de um pequeno couto que abrangeria o território das atuais freguesias de Távora, Paradela e Granjinha, doado pelo conde D. Henrique, como sugere a inquirição de 1258 (PMH *Inquisitiones* 1936: 1095). O couto foi aumentando por sucessivas doações reais e particulares de terras na margem direita do rio Távora. No ano de 1290, aquando da inquirição de D. Dinis, já faziam parte do couto as seguintes povoações: Espinhosa, Pereiro, Castanheiro, Paço, Desejosa, Balsa, Valença, Casais, Sarzedinho, Ventozelo, Roriz e Ervedosa (Inquirições: 1-2)

O mosteiro de São Pedro das Águias, apesar de nunca ter alcançado o esplendor de outros mosteiros cistercienses, teve uma ação importantíssima no povoamento do seu vasto couto, dando carta de foro ao Sarzedinho em 1227, a Valença do Douro em 1269, a Ervedosa em 1274 e aos Casais em 1289. Deu também o mosteiro carta de povoação à Espinhosa, em 1222, Desejosa, no ano de 1275 e Balsa em 1352. Sob ação deste mosteiro, foram construídas igrejas e capelas e erigidas paróquias, formando assim um espaço *nullius diocesis*, do qual pouco se sabe, dado que o cartório do mosteiro foi incendiado no ano de 1836 pelo povo, de forma a que a documentação dos foros desaparecesse, já depois de ter sido nacionalizado no ano de 1834 e os monges terem sido expulsos (Duarte 2013: 309). Podemos recolher algumas informações destes atos e dos documentos existentes no cartório de São Pedro das Águias nas obras de Viterbo, tanto no *Elucidário*, como no manuscrito *Provas e Apontamentos da História de Portugal* (Viterbo 1965: 116, 119, 475, 505; BMV, Viterbo, fl. 91-92). Quanto à ereção de paroquiais neste espaço, segundo o testemunho de uma visita ao mosteiro datada do ano 1533, nas quatro já erigidas (Valença, Castanheiro, Espinhos e Ervedosa), estavam as igrejas em estado lastimável, sendo os próprios monges que nelas prestavam assistência religiosa (Gomes 1998: 329-336).

B) Ordens Militares - séculos XII-XVI

B.1. Ordem do Templo/Ordem de Cristo

O primeiro testemunho que se conhece da presença dos cavaleiros templários em terras Entre o Côa e o Távora é a doação do castelo de Longroiva, que D. Fernão Mendes de Bragança II, sua esposa e filhos, a 10 de Junho de 1145, lhes fazem, e que Viterbo, no seu *Elucidário*, transcreve na íntegra (Viterbo 1966: 587).

Com esta doação do castelo de Longroiva, a ordem dos templários irá também receber o controlo eclesiástico de um vasto território inserido nas atuais freguesias/paróquias de Longroiva, Mêda, Fonte Longa, Santa Comba, Muxagata e Chãs. Este território assenta também em, pelo menos, três dos antigos castelos de D. Flâmula (*Longobria, Vacinata, Amindula*), que na margem esquerda do Côa, com Trancoso, Moreira e Marialva, servem de tampão defensivo a possíveis invasões nesta zona de fronteira e terra de *Extremadura* (Moreira 2017: 47-62).

As doações e os direitos que os templários adquiriram nas terras de Longroiva, ainda antes da restauração da diocese de Lamego, serão, posteriormente, questionados pela mitra lamecense, que se irá sentir lesada nos seus direitos nessas paróquias. As desinteligências do bispo de Lamego com a ordem dos templários estão registadas na bula papal *Significavit nobis*, de 12 de Março de 1216, por causa dos direitos episcopais em Longroiva (Costa, Marques 1989, 374). Esta questão, que ainda se arrastou por alguns anos, foi apenas solucionada no ano de 1254, com a assinatura de um contrato entre o bispo de Lamego, D. Egas Mendes, o seu cabido e o mestre da ordem do Templo, sobre os direitos episcopais das igrejas que pertenciam a Longroiva e à Mêda (ANTT, gav. 7, mc. 12, n.º 12; Viterbo 1966: 587).

Aos inquiridores do rei D. Dinis, pelo ano de 1288, segundo as sentenças de 1290, foi dito pelas testemunhas interrogadas *que Longrouha e Moxagata e Meda e outros logares que som termo de Longrouha que he herdamento do Temple e tragem todo por honrra*”. As mesmas testemunhas, quando lhes foi perguntado como é que a ordem do Templo as tinha obtido, respondem *que ouvirom dizer que foy herdamento de dom Fernam Mendez e que o mandou ao Templle* (PMH *Inquisitiones* 2015: 639).

Nos finais do século XIII, a ordem dos Templários vai passar por uma série de problemas em toda a Europa, que vão levar à sua extinção, no concílio de Viena (1312) (Carreiras 2012). O monarca então reinante em Portugal aquando destes acontecimentos, D. Dinis, temendo que os bens dos

templários fossem integrados no património da Ordem do Hospital e que, por via desta incorporação de bens, se viesse a desenvolver no reino um poder de expressão internacional que, alheio à autoridade régia, desequilibrasse a estrutura político-social portuguesa, conseguiu, com grande esforço diplomático junto da cúria papal, a criação de uma nova ordem militar, a exemplo do que havia feito o rei de Aragão, em 1317, com a criação da Ordem de Montesa (Oliveira, Olival 2010: 564).

A bula *Ad ea ex quibus cultus augeatur*, do Papa João XXII, que institui a Ordem de Cristo e lhe doa os bens dos extintos Templários, tem o cuidado de citar *Longroviam* entre as terras onde a ordem do Templo estava presente, sendo que já em junho de 1321, pela ordenação feita pelo primeiro mestre da Ordem de Cristo, frei Gil Martins, e com a aprovação do rei D. Dinis, estavam constituídas as quatro comendas em terras de Longroiva. À frente de cada uma delas encontrava-se um comendador cavaleiro (*Monumenta Henricina* 1960: 99-110, 157). As mesmas comendas são citadas com as igrejas paroquiais que lhes estavam anexadas na *Lista das Igrejas de 1321* (Boissellier 2012: 168).

Apesar de a ordem de Cristo pretender a jurisdição civil nas vilas das comendas de Longroiva, Mêda e Muxagata, esta sempre se manteve na posse da Coroa. O infante D. Henrique ainda o tentou, no ano de 1457, mas tal não lhe foi permitido (ANTT, gav. 12, mç, 1, 9; *Monumenta Henricina* 1971: 101-102). O texto dos três forais manuelinos outorgados às vilas de Longroiva, Mêda e Muxagata deixa antever as desinteligências que existiam entre a comenda de Cristo e a jurisdição concelhia das mesmas, sobre os direitos que uns e outros detinham. Serviram os forais novos como instrumentos para acabar com algumas contendas existentes (ANTT, Leitura Nova lv. 46, fls. 29 v-30v; 155-156v).

B.2. Ordem do Hospital/Ordem de Malta

A presença da ordem do Hospital, por terras de Sernancelhe, deve remontar ao reinado de D. Sancho I. Aquando das inquirições de 1258, dispunha já a ordem do Hospital de várias propriedades na vila de Sernancelhe e nos seus termos (Cunha, Granjal e Sebadelhe da Serra), graças a várias doações testamentárias (PMH *Inquisitiones* 1936: 1102-1103).

A posse destes bens irá levar, futuramente, à constituição de uma comenda, pela necessidade de os gerir, sendo que os mesmos irão servir para marcar influência junto do poder régio, para uma futura doação mais significativa, que irá permitir uma rápida e sólida implantação nesta zona. O que realmente vai acontecer, quando, nos finais do século XIII, a ordem do

Hospital recebe no ano de 1297 do rei D. Dinis a doação do padroado das igrejas paroquiais de São João de Marialva e São João de Sernancelhe (ANTT, Chanc. de D. Dinis, lv. 2, fl. 133-134v).

A partir desta doação, na igreja de São João em Sernancelhe irá ser criada a comenda do Hospital, mais tarde de Malta (Costa 1999/2000: 100-1017) que irá controlar e administrar os bens materiais que a ordem ali detinha e que irão aumentar significativamente ao longo dos séculos e marcar os destinos eclesiais, não só desta igreja, mas também de uma série de igrejas filiais fundadas sob a sua tutela (São Facundo da Cunha, Santa Maria Madalena do Seixo, Santo António da Tabosa da Cunha, Nossa Senhora da Conceição das Arnas, Santa Luzia da Sarzeda, Santa Catarina do Reboleiro, Santo António de Palhais, Santa Maria Madalena de Sebadelhe, São Pedro de Guilherme e Nossa Senhora do Hospital do Granjal).

O mesmo não irá acontecer em Marialva e nos seus termos, apesar de serem conhecidas algumas doações à Ordem por estas terras e a doação do padroado da igreja de São João (*Livro dos forais, escripturas, doações...* 1946: 163).

Possivelmente, por razão que nos é desconhecida, a ordem do Hospital nunca chegou a ver efetivada esta doação. O facto é que, na paróquia de *Sanctus Johannes De Marialba* já citada em 1220-29 (Boissellier 2012: 88), são conhecidas várias apresentações régias posteriores ao ano da doação do padroado à ordem do Hospital (ANTT, gav. 19, mç. 14, n.º 3, fl. 9v). Não deixa de ser também significativo que, na *Lista das Igrejas de 1321*, ainda durante o reinado de D. Dinis, a igreja de João Marialva seja apresentada pela coroa (Boissellier 2012: 167). Ora, se esta fosse do padroado da ordem do Hospital, seria excluída, pelo facto da mesma ordem ter ficado isenta da contribuição para o rei, por se dedicar à luta armada contra os muçulmanos. Pelo contrário, tal exclusão acontece com a igreja de São João de Sernancelhe e suas anexas, que não são contempladas nesta listagem.

Conclusão

Datará do século VI a existência de comunidades cristãs rurais na zona do Entre o Côa e o Távora, possivelmente em pequenos núcleos familiares, tendo em consideração documentos tão significativos como o chamado *Parochiale* suevo, ou a *Divisio Wambe*. Apesar das poucas fontes documentais de que dispomos para ilustrar, ou densificar, o cenário referido, a existência de comunidades paroquiais organizadas em torno de uma igreja para celebração dos sacramentos, a que presidem ministros do culto, sob autoridade episcopal,

deve ter tido nesta região desenvolvimento próprio no quadro do movimento de reconquista cristã, no atual território nacional, iniciado nos finais do século IX e, numa segunda fase, na ação do rei Fernando Magno, durante a chamada campanha das Beiras (1055-64).

Testemunho certo de organização e rede paroquial no Entre o Côa e o Távora, com a existência de igrejas e união a uma diocese, retiramo-lo da presença do arcebispo de Braga, D. João Peculiar, a sagrar, pelo menos, seis igrejas paroquiais neste território (Fonte Arcada, Numão, Penela, Penedono, Longroiva e Trancoso).

A tutela da administração eclesial da rede paroquial que se espraia por parte significativa do Entre o Côa e o Távora é entregue à diocese de Lamego após a sua restauração, pelo ano de 1147.

Versando este estudo a evolução da rede paroquial, temos a dizer que, além do papel dos agentes de povoamento e evangelização, cuja ação identificamos, é a população o motor principal que condiciona a criação e ereção de novos núcleos paroquiais. Com o seu aumento, são criadas novas paróquias, com a sua diminuição as mesmas são extintas, quase sempre refletindo a estrutura organizacional os movimentos demográficos de refluxo ou de expansão.

Podemos constatar um primeiro momento de crescimento da rede paroquial ao longo do século XII e até à primeira metade do século XIV. É dos anos 1220-29 a primeira fonte escrita que nos permite conhecer as paróquias já erigidas. Contavam-se, neste marco cronológico, 24 paróquias, distribuídas por 17 núcleos populacionais, dado que em quatro núcleos se conhece mais do que uma paróquia.

A localização destes núcleos paroquiais assenta, numa primeira fase, nas vilas que receberam cartas de foral dos vários intervenientes com responsabilidade no povoamento deste território (a coroa e diversas casas senhoriais outorgaram 16 cartas de foral e duas de aforamento). Estas primeiras paróquias, a que demos o nome de paróquias-mãe ou matrizes, irão ser a base para a constituição e ereção de novos núcleos paroquiais ao longo dos séculos XV, XVI e XVII.

O século XIII é marcado pela entrada de novas instituições, a mitra de Lamego e a ordem militar do Templo, que, na dinâmica do povoamento, acabam por erigir novas paróquias. O destaque vai para a mitra e o cabido de Lamego, a que se deve, pelos menos, a ereção de seis paróquias. Outras terão sido erigidas, apesar delas não se guardar memória material, mas cuja existência podemos entrever pela leitura das fontes documentais.

Por sua vez, a ordem do Templo/Cristo, sediada no concelho de Longroiva, irá impulsionar a ereção de três novas paróquias.

É graças ao impulso de todos estes agentes de povoamento e evangelização que, no espaço de cerca de 60 anos, da primeira fonte escrita de que nos servimos, a *Lista das Igrejas de 1220-29*, para a segunda, o *Leituário de 1282-86*, o número de paróquias cresce de 24 para 40, número que se mantém na *Lista das Igrejas de 1321*, ainda que com algumas alterações no seu conteúdo.

Com presença mais tardia na zona que estudamos, apenas no final do século XIII, a ordem do Hospital, sediada na vila de Sernancelhe, além de chamar a si a administração da antiga paróquia de Santa Maria de Sebadelhe, vai impulsionar a ereção de nove núcleos paroquiais.

Em relação à ordem de Cister, que marca a sua presença na zona territorial do vasto couto de São Pedro das Águias, são muito fragmentárias as informações de que dispomos. Certo é que o mosteiro de São Pedro das Águias outorgou cartas de foro a seis núcleos populacionais, onde posteriormente serão eretas outras tantas paróquias.

Após terem sido ultrapassadas as várias crises que marcaram os séculos XIV e XV e que levaram a que uma série de paróquias se extinguissem, a partir do século XVI, até aos finais do século XVIII, deu-se um novo crescimento da malha paroquial na zona em estudo, com a ereção de uma série de capelanias das paróquias-mãe, em paróquias filiais ou anexas. Nesta segunda fase, os principais mentores e dinamizadores do crescimento da rede paroquial, foram os habitantes desses espaços, que mesmo suportando os encargos extra, passam a ter assistência religiosa mais próxima (exemplo disso são as paróquias da Touça e Chãs).

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

- ANTI, Cabido da Sé de Lamego, Censual: lv. 155; Padroados CSLM, mç. 1; lv. 57; Doações, cartas e mercês régias, mç. 1; Inquirições, mç. 1.
- ANTI, Coleção de Forais - Foral do Aveloso, lv. 38.
- ANTI, Leitura Nova - lv. 3; lv. 42.
- ANTI, Chanc. - D. Dinis, lv. 1; lv 2; lv. 4; D. João I, lv. 4.
- ANTI, gav. nº 7, mç. 12; nº 12, mç. 1; nº 19, mçs., 1, 9, 14.
- AUC, IV-1ª-E-17-5-34 - *Inventário dos bens, passais, ornamentos e alfaias de culto das igrejas da Universidade no bispado de Lamego e do Porto.*
- BMV, 20-I-20 - VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Provas e Apontamentos da História de Portugal.*

Monografias

- ALCINA, Fernando López (2009). “Da protoparroquia ou parroquia antiga altomedieval á parroquia clássica em Galicia”, in *A Parroquia en Galicia*. Xunta de Galicia, 57-75.
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de (2001). *História da Arte em Portugal - O Românico*. Lisboa: Presença.
- BRAGANÇA, Joaquim de Oliveira (1973). “Influência religiosa da França no Portugal Medieval”, in *Didaskalia*, vol. 3, 133-156.
- BARROCA; Mário Jorge (2000). *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. vol. II, t. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BOISSELIER, Stéphane (2012). *La construction administrative d'un royaume*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- CARREIRAS, José Albuquerque (ed.) (2012). *A extinção da Ordem do Templo*. Tomar: Instituto Politécnico.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (1999). *Rituais e cultos da morte na região de entre Douro e Côa*. Freixo de Numão: ADR.
- COIXÃO, António Sá; Cruz, Ana Brígida; Simão, Paulo Vaz (2009). *Carta arqueológica do concelho de Mêda*. Mêda: Câmara Municipal.
- COSTA, António (2007). *Carta arqueológica de Sernancelhe*. Sernancelhe: PROGRIDE, D.L..
- COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1989). *Bulário português: Inocêncio III: 1198-1216*. Coimbra: INIC, 1989.
- COSTA, Manuel Gonçalves da (1977-1992). *História do Bispado e Cidade de Lamego*. VI. Lamego: (s. ed.).
- COSTA, Avelino de Jesus da (1997-2000). *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2. ed. refundida e ampliada. II vol. Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COSTA, Paula Pinto (1999/2000). “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 3/4, 16-592.
- DE LA FUENTE, Carlos Manuel Reglero (2006). “Los obispos y sus sedes en los reinos hispánicos occidentales (mediados del siglo XI-mediados del siglo XII): tradición visigoda y reforma romana”, in *La reforma gregoriana y su proyección en la cristiandad occidental. Siglos XI-XII*. Pamplona: Institución Príncipe de Viana, 195-288.
- DUARTE, Joaquim Correia (2013). *História da Igreja de Lamego*. Lamego: Diocese de Lamego, 2013.
- FERNANDES, A. de Almeida (1960). *Ação das linhagens no repovoamento e na fundação da nacionalidade*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- FERNANDES, A. de Almeida (1963). *As origens nas igrejas da Diocese Lamecense*. I. Porto: Boletim da Casa Regional da Beira-Douro.

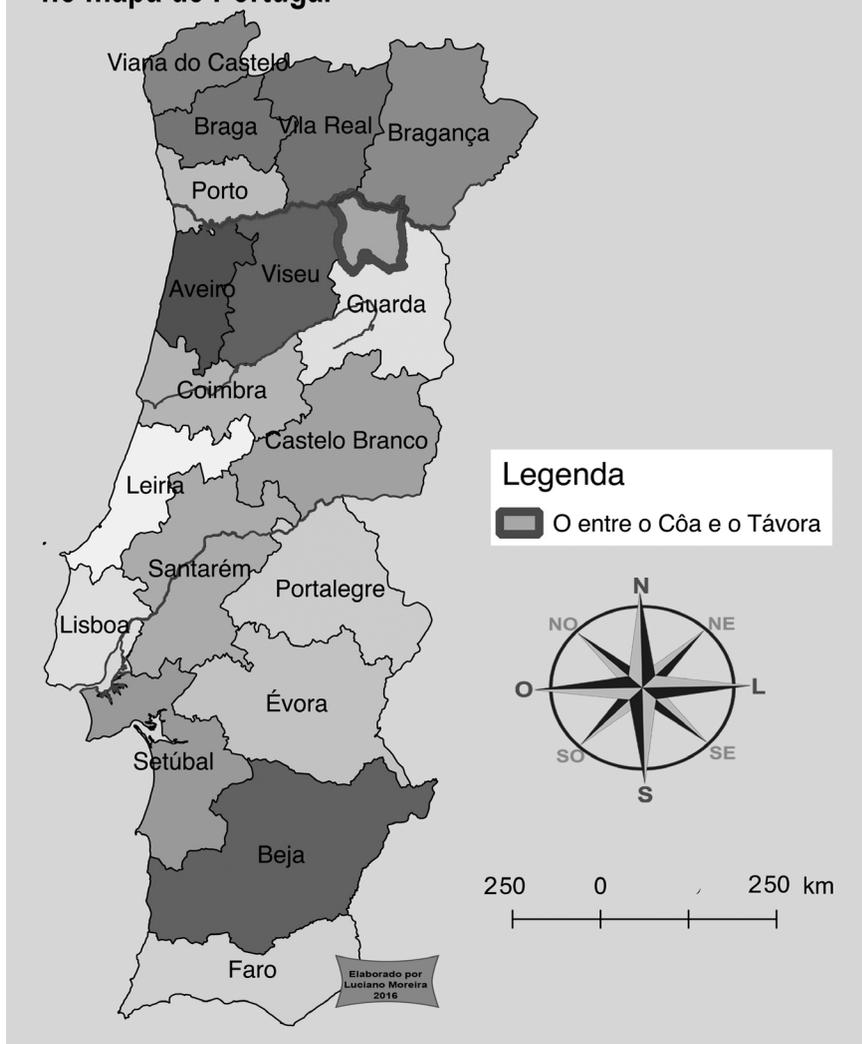
- FERNANDES, A. de Almeida (1970). *Esparsos de história (séc. XII e XIII)*. Porto: (s. ed.).
- FERNANDES, A. de Almeida (1974). *Acção dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs XII e XIII*. Guimarães: Companhia Editora do Minho - Barcelos.
- FERNANDES, A. de Almeida (1991). *Taraucae monumenta histórica*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- FONSECA, João Mendes da (1789). *Memória Chronologica*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.
- GOMES, Saúl António (1998). *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR.
- GONZÁLEZ, José María Pérez (dir.) (2010). *Arte românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real.
- GUIMARÃES; J. A. Gonçalves (2000). “Vestígios paleocristãos de Ervamoira. Vale do Côa”, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. vol. 6. Porto: ADECAP - UTAD, 617-631.
- Livro dos forais, escripturas, doações, privilegios e, inquirições* (1946). Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- LOPES, Isabel Alexandra (2002). *Contextos materiais da morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior*. II Vols. Porto: Faculdade de Letras.
- MARQUES, Maria Alegria (1997). “A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela”, in *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*. vol. 4. Guimarães: Câmara Municipal, Universidade do Minho, 49-84.
- MARQUES, Maria Alegria (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- Monumenta Henricina* (1960, 1971). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- MATTOSO, José (2001). *Portugal Medieval - Novas Interpretações. Obras Completas*. vol. 8. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- MOREIRA, Luciano Augusto (2015). *Capela do Mártir Santo Tirso*. Penela da Beira: Paróquia de Penela da Beira.
- MOREIRA, Luciano Augusto (2017). *A evolução da rede paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI*. Tese de mestrado orientada pela Doutora Maria Alegria Fernandes Marques. II Volumes. Coimbra: Faculdade de Letras.
- MORENO, Humberto Baquero (1985). *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*. Lisboa: Presença.
- OLIVEIRA, Miguel de (1950). *As Paróquias Rurais Portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; OLIVAL, Fernanda (2010). “Cristo, Ordem de”, in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e Instituições*. (s. l.): Gradiva, 564-574.

- PIZARRO, José Augusto (2008). *D. Dinis*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae* (1868-1869). Olisipone: Typis Academicis.
- Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones* (1936). Olisipone: Ex Typographia Nationali.
- Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones - Inquirições gerais de D. Dinis de 1284*. introd., leitura e índices por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. (2015). vol. IV/2. Lisboa: Academia das Ciências; Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- REAL, Manuel Luís (2013). “O Significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na alta Idade Média duriense”, in *Atas das Ias Conferências - Museu de Lamego*. Lamego: Museu de Lamego; Direção Regional de Cultura do Norte, 65-100.
- REIS, António Matos (2013). “Linhas gerais de um estudo sobre as origens das freguesias”, in *Revista de Administração Local*, n.º 255, 297-307.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2006). “A Formação da rede paroquial no Portugal medievo”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. vol. I Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 71-83.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2003). *A Sé de Lamego na Primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno.
- SOALHEIRO, João (2000). “Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego”, in SOALHEIRO, João (coord.), *Foz Côa Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 30-56.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre (2008/2009). “O culto de Santa Comba e o (re) povoamento do Vale do Dão (sécs. X-XI)” in *Revista Portuguesa de História*, t. XL, 251-271.
- VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (2006). *Chancelaria de D. Afonso III*. I vol. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VENTURA, Margarida Garcez (1997). *Igreja e poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesíásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1966). *Elucidário das palavras termos e frases*. Edição crítica de Mário Fiúza. B-Z. Porto, Lisboa: Libreria Civilização.

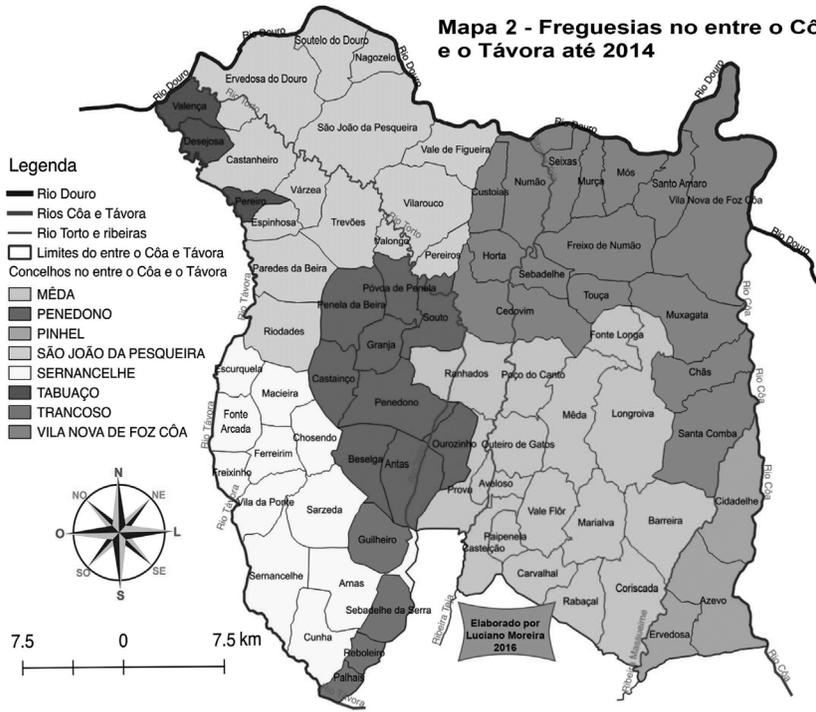
Anexos

Quadro nº 1 - Alguns dados sobre o território entre o Côa e o Távora no ano de 2016	
Área	1 268.12 Km²
Concelhos totalmente inseridos	3
Concelhos parcialmente inseridos	5
Concelhos do distrito de Viseu	4
Concelhos do distrito da Guarda	4
Freguesias (antes de 2013)	75
Freguesias (depois 2013)	63
Freguesias (unidas em 2013)	18
Freguesias do distrito de Viseu (antes de 2013)	37
Freguesias do distrito da Guarda (antes de 2013)	38
Paróquias	80
Paróquias da diocese de Lamego	73
Paróquias da diocese da Guarda	7
Paróquias que não são freguesias	5
Paróquias extintas	25

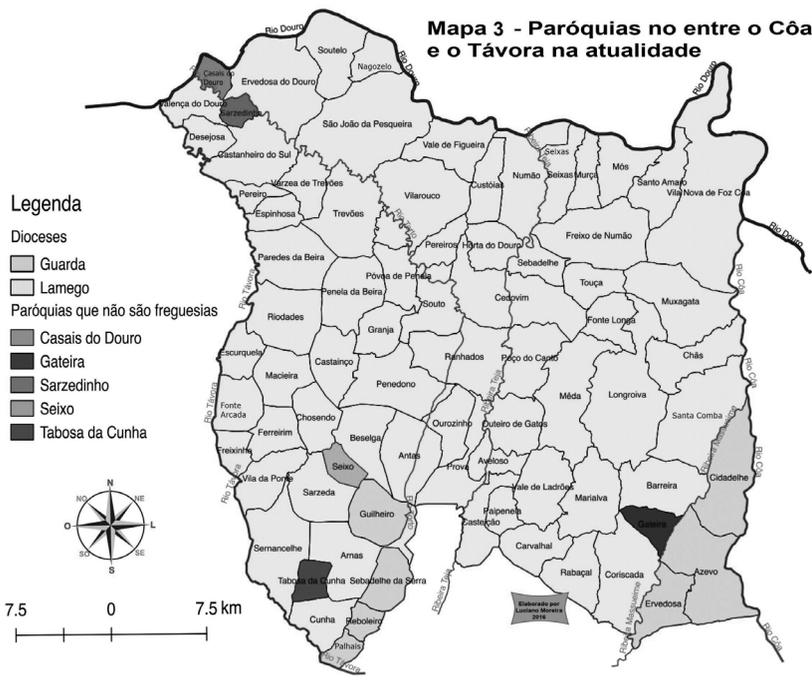
Mapa 1 - Localização do entre o Côa e o Távora no mapa de Portugal



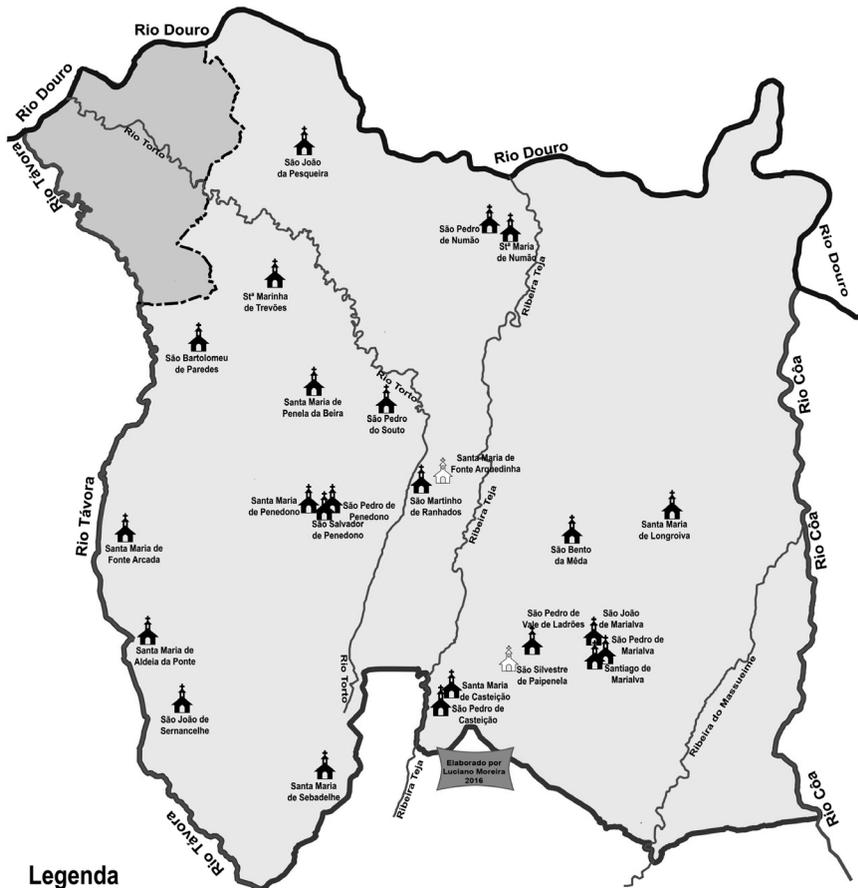
Mapa 2 - Freguesias no entre o Côa e o Távora até 2014



Mapa 3 - Paróquias no entre o Côa e o Távora na atualidade

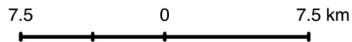
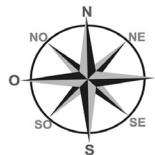


Mapa 4 - A rede paroquial entre o Côa e o Távora nos inícios do século XIII



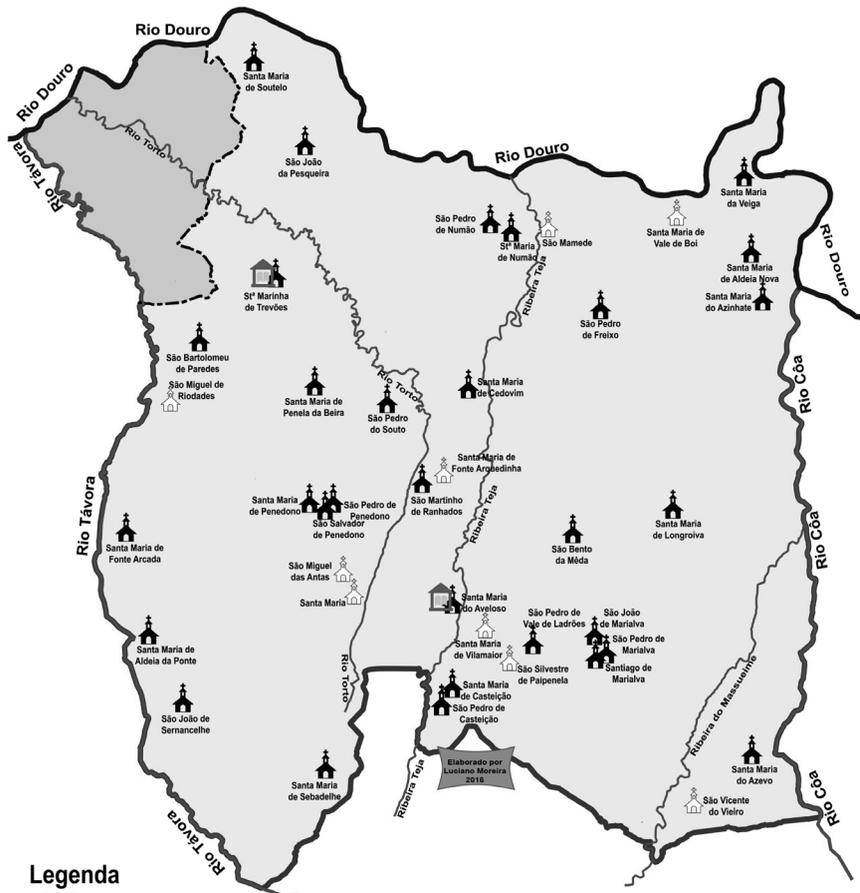
Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águias
-  Matriz
-  Filial



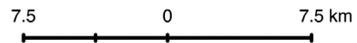
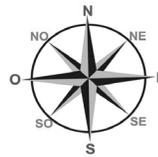
Elaborado por
Luciano Moreira
2016

Mapa 5 - A rede paroquial entre o Côa e o Távora nos finais do século XIII



Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águias
-  Matriz
-  Filial
-  Câmara Eclesiástica



Mapa 6 - A evolução da rede foraleira entre o Côa e o Távora do século XI ao século XIII



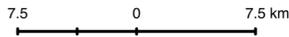
Legenda

□ Limites entre o Côa e o Távora

▨ Limites do Couto de São Pedro

Autorgantes

- D. Afonso Henriques
- D. Afonso Henriques e Fernão Mendes de Bragança
- D. Afonso Henriques?
- D. Afonso II
- D. Afonso III
- D. Dinis
- D. Fernando Magno
- D. Sancho I
- Egas Gosendes e João Viegas
- Fernão Mendes
- Sancha Bermudes
- D. Afonso Henriques? D. Sancho I?

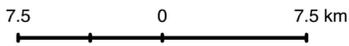
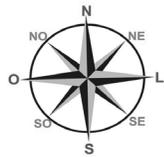


Mapa 7- A rede paroquial entre o Côa e o Távora na primeira metade do século XIV

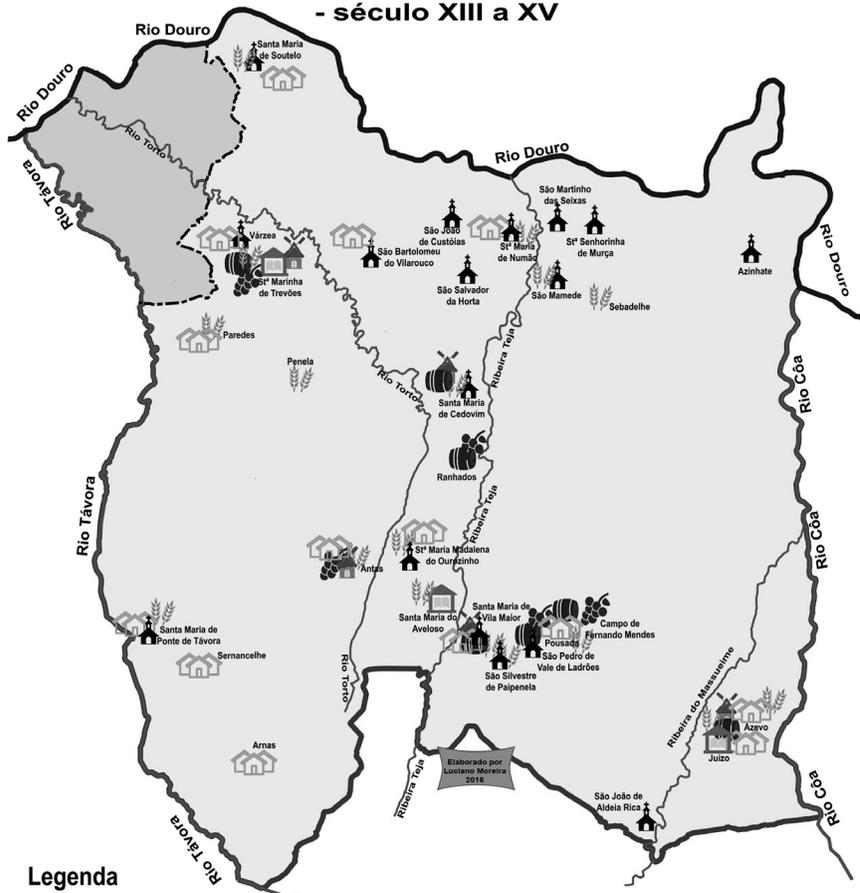


Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águias
-  Matriz
-  Filial
-  Câmara Eclesiástica

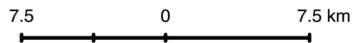
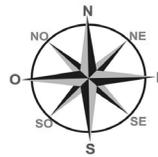


Mapa 9 - Direitos e bens da mitra, cabido e chantrado da Sé de Lamego entre o Côa e o Távora - século XIII a XV

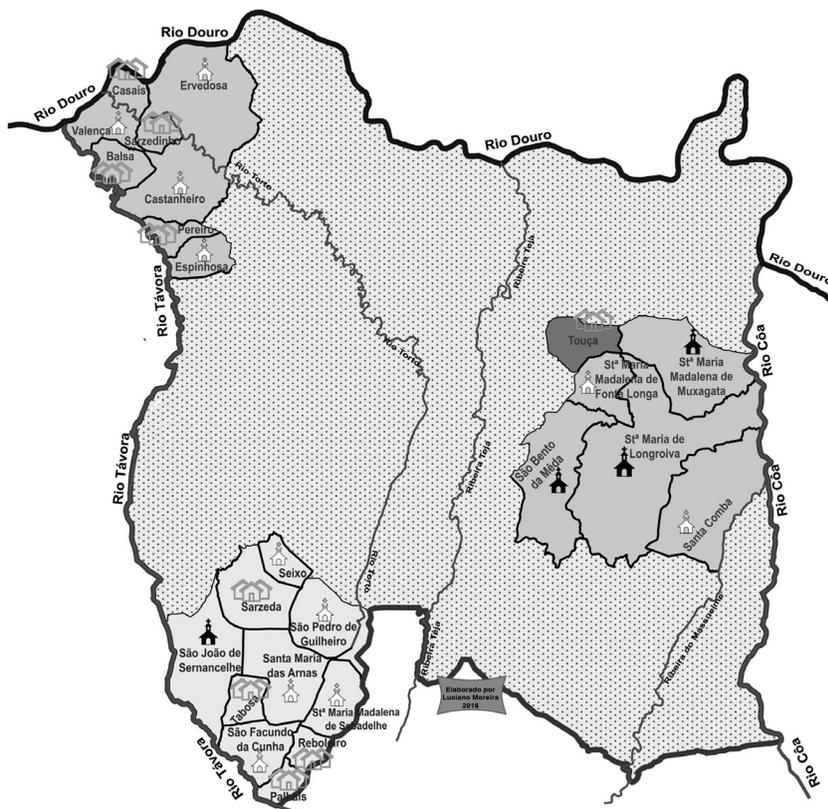


Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águias
-  Igreja e padroado
-  Câmara Eclesiástica
-  Casais / Casas
-  Quinta / herdade / vinha
-  Celeiro / adega



Mapa 10 - A presença das ordens religiosas e militares entre o Côa e o Távora - séculos XII-XV



Legenda

-  Limites do entre o Côa e Távora
-  Ordens religiosas e militares
-  Couto do Mosteiro de São João de Tarouca
-  Couto do Mosteiro de São Pedro das Águias
-  Ordem do Hospital/Malta
-  Ordem dos Templários/Cristo
-  Paróquia própria
-  Paróquia filial
-  Núcleos populacionais



7.5 0 7.5 km